

# **A Antropologia do desenvolvimento: É possível falar de uma subdisciplina verdadeira?<sup>1</sup>**

*Peter Schröder<sup>2</sup>*

*AGEE e ZPW, Universidade de Köln, Alemanha*

RESUMO: Este artigo trata de um ramo da antropologia que cresceu consideravelmente nos últimos quinze anos. Desde o início dos anos 80, vários autores negaram, repetidas vezes, a existência de uma subdisciplina com esse nome, alegando a falta de teorias, métodos e assuntos específicos que podiam caracterizá-la. Até hoje, não se conseguiu encontrar uma resposta adequada a esta questão. Os atuantes (ou praticantes) deste ramo da antropologia aplicada, no entanto, não parecem se preocupar muito com isto: para eles, a antropologia do desenvolvimento é um conjunto de profissionais que fazem *qualquer* trabalho ligado às questões do “desenvolvimento”. Nem por isso, nos últimos dez anos, a antropologia do desenvolvimento começou a se distinguir, progressivamente, dos outros domínios da disciplina pelo enfoque em temas científicos especiais e em certos tipos de trabalho prático.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia do desenvolvimento, antropologia aplicada, antropologia prática.

Um ramo da antropologia aplicada, a antropologia do desenvolvimento, cresceu consideravelmente nos últimos quinze anos, especialmente na Europa e na América do Norte. A imagem da antropologia, que por muito tempo não era ou mal era associada com as aplicações de seus conhecimentos, está progressivamente mudando. Um censo de novos PhD's em antropologia nos Estados Unidos, ainda em 1986, revelou que 51% dos profissionais praticava trabalho "aplicado", não acadêmico (Givens, 1987). O mercado de trabalho, por um lado, e as especializações sucessivas dentro da disciplina, pelo outro, são responsáveis pelo fato que um número cada vez maior de antropólogos tem descoberto "o desenvolvimento" tanto como campo de pesquisa bem como de atuação e de trabalho.

Assim, em muitos países, o mercado de trabalho acadêmico tem encolhido consideravelmente para os antropólogos, fazendo-os procurar alternativas de emprego. Nesta situação muitos antropólogos abandonaram as antigas reservas contra as várias formas da antropologia aplicada, como o trabalho para órgãos de desenvolvimento. Nos Estados Unidos, por exemplo, foi observado que, depois de ter diminuído o número de vagas universitárias e em museus, a partir de meados dos anos 70, aumentou a disposição de muitos antropólogos para trabalhar para órgãos governamentais, como US-AID, antes considerados instrumentos do *establishment* e do *Big Brother* (Hoben, 1982). Em muitos países da América Latina, porém, a situação estava bem diferente. Havia países com grandes tradições de antropologia aplicada de cunho indigenista, como o caso do México, enquanto havia outros, em que a atuação antropológica estava emperrada pelo controle de regimes militares.

Além dessas questões pragmáticas, muitos antropólogos perceberam a necessidade heurística de se especializar em problemas de políticas de desenvolvimento, depois de descobrirem que estas criam realidades sócio-culturais bem especiais. Estas realidades se caracterizam

por situações sociais específicas (as arenas dos projetos locais, por exemplo), por pensamentos, rituais, linguagens e símbolos diferentes de outras realidades. Por exemplo, o desenvolvimento planejado pode ser analisado pelos conceitos da antropologia social, como demonstrou Robertson (1984). Este autor mostrou particularmente a importância de saber aplicar as palavras-chave dos discursos dos órgãos de desenvolvimento. Um dos *clous* do livro é uma instrução para criar 38.000 diferentes programas de desenvolvimento, só por recorrer a essas palavras-chave – e esta instrução cabe em apenas *uma* página (:139).

Ou, para citar outro exemplo: uma colega trabalhava há dois anos num projeto de agroflorestação em Bénin. Confrontada com a tarefa de analisar aquela situação social, ela a descreveu por um contraste entre dois grupos sociais que ela chamava “a população local” e “o projeto” (o pessoal do órgão de desenvolvimento, que trabalhava ao nível local, e os *counterparts* (*homologues*) nacionais). Quando lhe expliquei que era necessário, para uma melhor compreensão e para fins analíticos, explicitar as duas categorias dicotômicas, ela teve grandes dificuldades de fazer isto. Os dois símbolos já tinham virado parte dos pensamentos e da linguagem cotidianos dela (e dos outros colegas locais), de tal maneira que ela mal conseguiu traduzi-los.

A preocupação crescente com os impactos sócio-culturais de políticas de desenvolvimento, particularmente de cunho assistencialista, e com a dimensão moral subjacente destas políticas, que favorecem objetivos estratégicos e políticos, em vez de humanitários, também levou muitos antropólogos a realizarem estudos críticos dessas políticas ou de medidas singulares delas (Gow, 1988). Esta abordagem crítica, denunciando a falta de consideração dos aspectos sócio-culturais em muitos projetos e programas, pode ser observada particularmente nos países latinoamericanos e em vários países africanos. Antropólogos estudaram, por exemplo, os impactos destrutivos de grandes proje-

tos para as culturas e sociedades indígenas e não indígenas, como nos casos do Programa Grande Carajás, do Polonoroeste, e dos projetos hidrelétricos e de irrigação no Vale do São Francisco – Sobradinho, Itaparica e Codevasf (Scott & Sá, 1990; Sá, 1990) – e no rio Paraná (Ribeiro, 1994).

Quando se fala de antropologia e desenvolvimento, o primeiro problema é este mesmo conceito. Dependendo dos contextos, o termo pode ter significados completamente diferentes, assim levando a mal-entendimentos profundos. A palavra “desenvolvimento”, no caso especial do Brasil, por exemplo, muitas vezes tem sido associada com a “política desenvolvimentista” do regime militar, assim tendo conotações muito negativas. Na Alemanha, pelo contrário, o termo, por muito tempo, tinha várias conotações positivas, sendo associado com programas de apoio a famintos ou refugiados de guerra, com apoio técnico ou financeiro para regiões pobres ou com a exportação dos modelos de ensino profissional. O conceito do desenvolvimento e os resultados da política de desenvolvimento só começaram a ser questionados a partir dos anos 70, primeiro pela esquerda, por ambientalistas e por alguns cientistas sociais. Até surgiram propostas de substituí-lo pelo conceito da *transformação*, imitando a aplicação do conceito dos *países em transformação* para os países ex-comunistas.

Atualmente, há um grande número de profissionais que declaram estar empenhados em questões de política de desenvolvimento e que se auto-definem “antropólogos do desenvolvimento”. Existem institutos especializados em antropologia do desenvolvimento, por exemplo, nos Estados Unidos (*Institute for Development Anthropology*, IDA, em Boston) ou na Grã-Bretanha (*Center for Development Studies* em Swansea, Wales, ou *Institute of Development Studies* em Brighton, Inglaterra). Na França, pesquisas antropológicas que têm a ver com questões do desenvolvimento, em geral, são realizadas no âmbito do ORSTOM, do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) e de algumas universidades. Muitos aspectos e proble-

mas da antropologia do desenvolvimento são intensamente discutidos nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, nos Países Baixos, na Suécia, na Noruega, na Suíça, na Alemanha, no Brasil, na Argentina, no México e em vários outros países da América Latina e da África Ocidental e Meridional, sem dispor, na maioria destes países, de instituições formais. Em alguns países (Grã-Bretanha, França, Alemanha), tenta-se compensar esta desvantagem pela fundação de associações especializadas, para organizar conferências, publicar revistas e realizar outras atividades. Um exemplo, ao nível nacional, é a AGEE (*Arbeitsgemeinschaft Entwicklungsethnologie*), na Alemanha, outro, ao nível internacional, a APAD (*Association euro-africaine pour l'anthropologie du changement social et du développement*) que reúne, principalmente, antropólogos da França e dos países da África francófona. Vários boletins, revistas e *newsletters* informam regularmente sobre a antropologia do desenvolvimento e sobre a sua situação no contexto mais amplo da disciplina. Para só alegar uns exemplos: o *Development Anthropology Network (Bulletin of the Institute for Development Anthropology)* do IDA nos Estados Unidos, o *Bulletin de l'APAD* na França, a *Entwicklungsethnologie* na Alemanha e, ainda mais especializado, e muito importante por causa da rede mundial de distribuição, o *Indigenous Knowledge & Development Monitor*, publicado na Holanda e de cunho expressamente antropológico.

No Brasil, vários antropólogos se especializaram em questões de “antropologia e desenvolvimento” (grifo do autor), por exemplo, nos departamentos respetivos da UnB, da UFPE ou da UFRGS, no entanto, sem se auto-denominar “antropólogos do desenvolvimento”. Nas reuniões bianuais da ABA há grupos de trabalho sobre os impactos sócio-culturais de políticas e programas de desenvolvimento. Vários antropólogos, especialmente aqueles ligados a ONGs, participam em pequenos projetos locais, entre grupos indígenas e não indígenas, como alguns colegas do Instituto Sócio-Ambiental (ISA) de São Paulo.

Quanto ao tema deste artigo, o Brasil atualmente é um dos países mais interessantes.

As reações ao surgimento deste ramo da disciplina, até agora, têm sido muito diferentes. Vão das mais positivas de aprovação e apoio prático até à rejeição completa, alegando que cada aproximação aos órgãos de desenvolvimento seja o “Pecado Original” da antropologia. Não obstante destas posições controversas, o interesse nas questões teóricas e práticas da antropologia do desenvolvimento não está acabando, como indicam os seguintes números. Entre a pequena comunidade de antropólogos alemães, o número de membros da AGEE, da Associação de Antropologia do Desenvolvimento, chegou a mais de 250, enquanto o órgão central dos antropólogos, a DGV, organização paralela à ABA, tem cerca de 650 membros (dados verificados pelo autor). A associação euro-africana APAD, em 1995, teve mais de 500 membros (comunicação informal da APAD).

O número de pessoas interessadas, particularmente da nova geração de profissionais, não reflete de modo nenhum as condições reais do mercado de trabalho. Até hoje, nem os grandes órgãos de desenvolvimento nacionais e internacionais, nem as ONGs, nem as *consultancies* ofereceram muitas vagas para antropólogos ou outros cientistas sociais, e em nenhuma destas entidades e empresas os antropólogos conseguiram desempenhar um papel decisivo. Assim, em muitos casos, o grupo profissional ficou marginalizado. Apesar disso, muitos cientistas sociais admitem que as contribuições dos antropólogos seriam essenciais para o planejamento, a implantação e a avaliação de projetos e programas (Hyde, 1991:183). As experiências do Banco Mundial, o órgão de desenvolvimento que emprega o maior número de antropólogos e sociólogos, comprovam este ponto de vista (Cernea, 1994).

Para evitar um malentendimento: antropólogos especializados em questões do “desenvolvimento” não são um fenômeno recente, dos

últimos 20 anos. Apenas o termo “antropologia do desenvolvimento” existe há pouco mais de 25 anos. Pouco tempo depois da criação de órgãos e programas de desenvolvimento em vários países, na época pós-guerra dos anos 40 e 50, alguns antropólogos começaram a pesquisar os impactos de certos programas e projetos ou participaram deles.

Mas também é possível identificar as origens da antropologia do desenvolvimento em outras orientações e épocas históricas da disciplina. Nos Estados Unidos, por exemplo, estas são as abordagens da *Action Anthropology*, como concebido no caso do *Fox Project de Sol Tax*, e as experiências de algumas universidades com projetos de *community development* (Hoben, 1982). Na Grã-Bretanha e na Holanda, pelo contrário, é possível traçar linhas históricas que remontam ao envolvimento da antropologia aplicada na política colonial.

Na América Latina, as tradições das antropologias indigenistas são marcadas, entre outras coisas, por várias orientações que dizem respeito ao “desenvolvimento” dos povos indígenas. Estas, na maioria dos casos, representam objetivos emancipatórios, promovendo a articulação de visões de futuro pelos próprios indígenas, como manifestado no conceito do *etnodesarrollo/etnodesenvolvimento* (mas, em alguns casos, também continuam a defender os velhos objetivos integracionistas).

Em vista da grande quantidade de antropólogos que, de alguma forma, se especializaram em questões do “desenvolvimento” é legítimo perguntar se existe uma subdisciplina que justamente pode ser chamada de antropologia do desenvolvimento.

O primeiro que levantou esta questão, foi Allen Hoben (1982), numa revisão excelente, tratando do papel de antropólogos no trabalho de desenvolvimento. Depois de Glynn Cochrane, como primeiro antropólogo empregado pelo Banco Mundial, ter cunhado o ter-

mo *development anthropology*, há uma década atrás (Cochrane, 1971), Hoben constatou:

“Anthropologists working in development have not created an academic subdiscipline, ‘development anthropology’, for their work is not characterized by a coherent or distinctive body of theory, concepts, and methods. Development anthropology has, however, become an incipient profession and a field of study.” [Hoben, 1982:349]

Até hoje esta afirmação foi repetida várias vezes.

Mas será que a existência ou não existência de tal subdisciplina constituiria um problema? Por um lado, há uma questão da organização interna. Como definir este ramo da antropologia face às outras “aplicações” da disciplina<sup>3</sup>, como *Action Anthropology*, *Advocacy Anthropology* ou *Cultural Brokarage*? E quais seriam os objetivos específicos de tal ramo?

Por outro lado, há a questão das relações externas da disciplina. Seja qual for a “aplicação”, a partir de certo momento sempre vai surgir a pergunta, se se tratava ainda de antropologia. Os profissionais que trabalham fora dos meios acadêmicos, em geral, têm problemas com a identidade profissional, porque na maioria dos casos falta um “capital simbólico” para se identificarem como antropólogos. Isto vale particularmente para os antropólogos que trabalham no setor de desenvolvimento, muitas vezes isolados dos outros colegas. A formação de uma subdisciplina incitaria muitos antropólogos “acadêmicos” e “do desenvolvimento” a manter contatos regulares, para o enriquecimento e crescimento das duas orientações, e para superar, pelo menos parcialmente, aquela antiquada divisão ideológica, muitas vezes preconceituosa, entre a antropologia “básica”, “abstrata”, “pura”, “acadêmica” e a outra, “aplicada”, “prática” e “suja” (quer dizer, comprometida). Para reforçar a posição da antropologia no contexto de políticas e medidas de desenvolvimento é necessário recorrer aos conhecimentos atuais da disciplina. No



“*development business*”, os antropólogos precisam de “ferramentas” especiais e de conhecimentos concretos, para esclarecer e defender sua abordagem e seu pensamento específicos. Isto requer, para não esquecer este aspecto, programas especiais de ensino que já existem em alguns países, como nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

Minha tese é a seguinte: 25 anos depois de cunhar o conceito ainda não é possível falar de uma subdisciplina “antropologia do desenvolvimento”. Porém, há muitos indícios que ela está em vias de se formar<sup>4</sup>, particularmente, no que se refere ao domínio metodológico e aos assuntos de pesquisa e tipos de trabalho prático.

Os critérios para falar de uma subdisciplina, geralmente, são os seguintes: um ou vários objetos de pesquisa, um ou vários objetivos definidos e um *corpus* especializado de conceitos, teorias e métodos. No âmbito da antropologia, por exemplo, a antropologia cognitiva, a antropologia política ou a antropologia ecológica cumprem estas condições. Em casos que dizem respeito às aplicações dos conhecimentos de uma disciplina, pode ser introduzido um critério adicional: os tipos de trabalho. Quanto à aplicação desses critérios à antropologia do desenvolvimento, é notável que os “atuantes/ praticantes” (*the practitioners/ les praticiens*) deste ramo da disciplina não se preocupem muito com a questão: para eles, a antropologia do desenvolvimento é um conjunto de profissionais que faz qualquer trabalho que tenha a ver com problemas do “desenvolvimento”. Ninguém formulou esta postura tão nitidamente como Thayer Scudder (1990). Para ele, a antropologia do desenvolvimento é a totalidade das pessoas que a praticam de qualquer forma, isto é, todas as pessoas e instituições que queiram aplicar politicamente seus resultados de pesquisa. Hoben, finalmente, resumiu:

“It is not evident from this [development] literature that anthropologists, by virtue of their training or knowledge, have a distinctive or even a shared vision of degree, direction, and pace of social, technological, economic, or political change that is to be desired ... [The] commitment [to liberal, humanistic values] is not peculiar to anthropologists, and it is not clear

how substantive progress toward these goals is to be reconciled with the equally prevalent anthropological commitment to the preservation or at least protection of diverse indigenous beliefs, values, and practices.”  
[1982:366-7]

Para encontrar uma resposta à questão da subdisciplina é necessário, em primeiro lugar, rever algumas definições, espalhadas na literatura. Existem poucas. Uma das mais conhecidas é de um manual de 1984, editado pela *American Anthropological Association* (AAA):

“Development anthropology is scientific research with significant applications within the development project cycle. Its objective is to enhance benefits and to mitigate negative consequences for the human communities involved in and affected by development efforts.”  
[Partridge & Warren, 1984:1]

Eis uma visão muito restrita que não diz respeito a uma conceituação antropológica do desenvolvimento e que só fala de empenhamentos no âmbito de projetos. Ela oferece, somente, uma resposta muito insuficiente. Uma definição mais ampla foi dada por Frank Bliss (1988), num artigo da revista *Current Anthropology*. Para ele, a antropologia do desenvolvimento engloba, na seguinte ordem: (1) pesquisa básica (axiomática), (2) pesquisa no âmbito de projetos e programas e (3) trabalho de educação e relações públicas (de conscientização, por exemplo). Neste caso, a definição se baseia em tipos de trabalho, o que implica também uma visão unilateral e restrita.

Uma terceira definição liga a antropologia do desenvolvimento a outras áreas da disciplina. No modelo de Kievelitz (1988), ela constitui um aspecto importante da antropologia prática, pode ser realizada em vários campos de ação (*Applied/ Action/ Policy Anthropology*) e tem relações com a antropologia teórica (no que se refere às pesquisas básicas). Neste caso, o ponto de vista central é a posição dentro da disciplina. Todas essas definições são insuficientes para delinear uma subdisciplina, mas representam indícios úteis para comprovar a tese aventada acima.

Vamos voltar aos critérios da subdisciplina e ver quais são cumpridos:

(1) O objeto de pesquisa fica indefinido ou só é definido muito superficialmente. Em quase todos os textos da antropologia do desenvolvimento, o conceito do “desenvolvimento” não é explicitado. E quando já foi tentada uma definição, ela sempre ficou muito imprecisa e sem compromisso. Pode-se citar o exemplo da associação alemã AGEE:

“Para nós, o desenvolvimento é o melhoramento da situação dos grupos atingidos, segundo os seus próprios critérios, sendo preciso levar em conta necessidades globais.” [tradução do alemão]

Além desta frase não explicar nada, é necessário esclarecer cinco conceitos: melhoramento, situação, grupos atingidos, critérios e necessidades globais. E para ainda complicar mais, “melhoramento”, por exemplo, pode ter pelo menos quatro significados: mudança geral, inovação, restauração ou revitalização.

Aliás, os antropólogos se esforçaram muito mais para verificar e esclarecer idéias autóctones de desenvolvimento, como o fez Streiffeler (1993) para grupos da população rural em Zaire. Partindo do conceito do *etnodesarrollo*, por exemplo, vários antropólogos peruanos trouxeram à tona as idéias indígenas do “desenvolvimento” entre grupos de camponeses andinos, estas idéias sendo imagens de um futuro melhorado, batizado pelos antropólogos “*la utopía andina*” (Salas, 1992).

(2) Não existe consenso quanto aos objetivos da antropologia do desenvolvimento. Mas antes de ser um fenômeno especial, ele é típico para muitas antropologias chamadas “aplicadas”. Apenas poucos profissionais empenham-se em formular objetivos, de caráter mais ou menos programático, por exemplo Poeschke e outros:

“As anthropologists we should not take the role of ‘development facilitators’, but study all modes of transformation and widen the agencies’ perspective for indigenous knowledge, local solutions and different ways of reaching goals. Otherwise we will not be able to influence worldwide development processes in favor of the underprivileged.” [1992:9]

(3) Os conceitos aplicados na antropologia do desenvolvimento não foram criados dentro deste ramo da disciplina, mas emprestados de outras subdisciplinas da antropologia, particularmente da antropologia política. Palavras-chave típicas são: arena, estratégias, negociações ou poder.

(4) A antropologia em geral delineou poucas teorias de desenvolvimento, algumas delas de cunho evolucionista ou dependencialista. A vasta bibliografia de Menzel (1995) sobre a história das teorias de desenvolvimento, atualmente considerada uma das melhores obras de referência para o tema, cita poucas publicações antropológicas. Dos autores, vale mencionar Elman Service, Morton Fried, Darcy Ribeiro (1988) e, para citar uma obra mais recente, Allen W. Johnson e Timothy Earle (1987). Geralmente, estas publicações são de uso restrito para questões práticas. Uma característica que marca a disciplina há mais de duas décadas é a falta de continuação em esboçar e aperfeiçoar teorias de mudança cultural.

(5) No âmbito da antropologia do desenvolvimento foram inventados e experimentados vários métodos especiais. Um exemplo é ECRIS, um método de levantamento coletivo para a identificação rápida de conflitos sociais e de grupos estratégicos (Bierschenk e Olivier de Sardan, 1995). Mais importante do que estes métodos é a influência que a antropologia teve nas metodologias de levantamento e planejamento das agências e dos órgãos de desenvolvimento, especialmente na formação de diagnósticos participativos (PRA; Schönhuth e Kievelitz, 1994), hoje em dia, obrigatórios tanto nos grandes órgãos nacionais e internacionais quanto nas ONGs.

Em resumo: segundo todos estes critérios só é possível falar de uma subdisciplina do ponto de vista metodológico e, perifericamente, teórico.

Resta falar de outros indícios para demonstrar que a antropologia do desenvolvimento está em formação de uma subdisciplina: certos campos temáticos e de trabalho.

Primeiro os de trabalho. É possível distinguir, pelo menos, cinco tipos:

- pesquisa (no meio universitário, em institutos especializados ou

patrocinado por órgãos de desenvolvimento, os últimos por meio de contratos especiais);

- trabalho consultivo (por meio de contratos variados);
- trabalho em projetos e programas (em todas as etapas do ciclo de projeto, dos preparativos à avaliação);
- trabalho de educação e relações públicas (por meio de emprego ou contratos com órgãos e instituições em vários níveis políticos);
- trabalho em organizações e campanhas de direitos humanos e de meio ambiente.

Além disso, os antropólogos até agora têm pesquisado e escrito sobre muitos temas que têm relevância para as políticas de desenvolvimento, entre outros:

- análises de sistemas locais de produção;
- conhecimentos locais/ *local knowledge*, especialmente as relações entre conhecimentos, práticas e representações; atualmente, trata-se de um dos temas mais animadores e instigadores, como demonstra, por exemplo, o grande número de contribuições na coletânea de Warren et al. (1995);
- gênero e desenvolvimento;
- meio ambiente e desenvolvimento, especialmente manejo de recursos (*resource management*) e questões de sustentabilidade;
- sistemas locais e alternativos de saúde;
- estudos de inovação, particularmente sobre a difusão de inovações;
- conceitos e idéias autóctones de desenvolvimento;
- *local empowerment*;
- impactos sócio-culturais de projetos de desenvolvimento;
- a cooperação de desenvolvimento em situações de conflitos étnicos;
- estudos de órgãos e burocracias de desenvolvimento (por exemplo, das estruturas internas e das “filosofias” destes órgãos);
- análises de projetos e programas com o instrumentário analítico

da antropologia de organizações e da antropologia política, baseado nas idéias de Balandier, Bailey e Turner (Cheater, 1994).

Esta lista não é completa, mas dá uma idéia de temas atuais. A análise da micro-política de projetos e de relações entre o pessoal de projetos e as populações locais é especialmente promissora. A antropologia, até agora, tem mostrado o seu potencial analítico, antes de mais nada, a micro-nível, embora este enfoque muitas vezes tenha implicado o perigo de ignorar ou minimizar fatores econômicos e políticos externos, como advertiu Gow (1993).

Em resumo: a atual Antropologia do desenvolvimento é caracterizada por uma gama ampla de temas, métodos e campos de trabalho, mas ainda é necessário chegar a um consenso sobre o(s) campo(s) de pesquisa, os objetivos e os conceitos principais, e aprofundar questões teóricas, do currículo e das dimensões éticas do engajamento antropológico na política de desenvolvimento. Uma subdisciplina ainda está em formação – uma subdisciplina que continuará a atrair muitos antropólogos e profissionais de outras disciplinas.

## Notas

- 1 Versão ampliada de uma comunicação proferida na XX Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador, Bahia, de 14 a 18 de abril de 1996.
- 2 PhD. em antropologia, atualmente bolsista da DFG (Deutsche Forschungsgemeinschaft/ Sociedade Alemã de Pesquisa), realizando pesquisa de campo no Cariri Cearense, sobre o manejo de recursos naturais por pequenos produtores rurais. A AGEE (Associação de Antropologia do Desenvolvimento) é uma associação nacional de cientistas sociais e de profissionais de desenvolvimento que têm o interesse comum de promover a consideração sistemática dos aspectos sócio-culturais na política de desenvolvimento nacional, bilateral e internacional. O ZPW (Centro Mundo Lusófono) é um instituto interdisciplinar que promove e apóia pesquisas sobre os países de língua portuguesa, especialmente pesquisas binacionais.

- 3 Para um panorama do grande número de domínios da Antropologia Aplicada, ver Van Willigen (1993) e Chambers (1985).
- 4 Sobre esse respeito, estou de acordo com Hyde (1991) e Lavigne-Delville (s/d).

## Bibliografia

AGEE (Arbeitsgemeinschaft Entwicklungsethnologie)

1989 *Entwicklungsbegriff*, Trier, mimeo.

BIERSCHENK, T. e OLIVIER DE SARDAN, J.

1995 “ECRIS: Eine kollektive Erhebungsmethode zur schnellen Identifizierung von sozialen Konflikten und strategischen Gruppen”, *Entwicklungsethnologie*, 4 (1): 43-55.

BLISS, F.

1988 “The cultural dimension in West German development policy and the contribution of Ethnology”, *Current Anthropology*, 29 (1):101-121.

CERNEA, M.M.

1994 *Sociology, Anthropology and development. An annotated bibliography of World Bank Publications 1975-1993*, Washington, D.C., The World Bank.

CHAMBERS, E.

1985 *Applied Anthropology. A practical guide*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

CHEATER, A.

1994 “What can social anthropology and especially German ethnology actually deliver to the process of development in Third World countries?”, *Entwicklungsethnologie*, 3 (1):16-25.

COCHRANE, G.

1971 *Development Anthropology*, New York, Oxford University Press.

GIVENS, D.B.

1987 "1986 PhD survey results: Doctor Rate update", *Anthropology Newsletter*, 28 (4):1.

GOW, D.D.

1988 "Development Anthropology: in quest of a practical vision", *Development Anthropology Network (Bulletin of the Institute for Development Anthropology)*, 6 (2):13-17.

1993 "Doubly damned: dealing with power and praxis in Development Anthropology", *Human Organization*, 52 (4):380-97.

HOBEN, A.

1982 "Anthropologists and development", *Annual Review of Anthropology*, 11:349-375.

HYDE, J.

1991 "Building a subdiscipline of Development Anthropology", *Reviews in Anthropology*, 18 (3):183-92.

JOHNSON, A.W. e EARLE, T.

1987 *The evolution of human societies*, Stanford, Stanford University Press.

KIEVELITZ, U.

1988 *Kultur, Entwicklung und die Rolle der Ethnologie. Zur Konzeption einer Entwicklungsethnologie*, (Beiträge zur Kulturkunde, 11) Bonn, Politischer Arbeitskreis Schulen (PAS).

LAVIGNE DELVILLE, P.

s/d *L'Anthropologie du développement en France*, mimeo.

MENZEL, U.

1995 *Geschichte der Entwicklungstheorie. Einführung und systematische Bibliographie. 3. erweiterte Auflage*, Hamburg, Deutsches Übersee-Institut.

PARTRIDGE, W.L. e WARREN, D.M.

1984 "Introduction: Development Anthropology and the life cycle of development projects", in PARTRIDGE, W.L. (ed.) *Training manual in Development Anthropology*, Washington, D.C., American Anthropological Association, 1-9.



RIBEIRO, D.

- 1983a *O processo civilizatório. Etapas da evolução sócio-cultural*, 7.ª edição, Petrópolis, Vozes.
- 1983b *O dilema da América Latina. Estruturas de poder e forças insurgentes*, 3.ª edição, Petrópolis, Vozes.
- 1988 *As Américas e a civilização. Formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*, 5.ª edição, Petrópolis, Vozes.

RIBEIRO, G.L.

- 1994 *Transnational capitalism and hydropolitics in Argentina: The Yacyretá High Dam*, Gainesville, University of Florida Press.

ROBERTSON, A.F.

- 1984 *People and the State. An Anthropology of planned development*, Cambridge Studies in Social Anthropology 52, Cambridge, Cambridge University Press.

SÁ, M.A.F.

- 1990 “Observações sobre poder local e desocupação: barragem de Itaparica”, *Cadernos do mestrado em Antropologia* 3, pp. 1-22, Recife, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco.

SALAS, M.A.

- 1992 “Verstärkung des andinen Wissenssystems und die Rolle der Ethnologie” *Entwicklungsethnologie*, 1 (1):12-21.

SCHÖNHUTH, M. e KIEVELITZ, U.

- 1994 *Participatory learning approaches. Rapid rural appraisal. Participatory appraisal. An introductory guide*, Schriftenreihe der GTZ, 248, Roßdorf, TZ-Verlagsgesellschaft.

SCOTT, R.P. e SÁ, M.A.F.

- 1990 “Barragem de Itaparica: indagações sobre a reconstrução da base familiar da produção agrícola”, *Cadernos do mestrado em Antropologia* 3, pp. 1-22, Recife, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco.

SCUDDER, T.

1990 "Opportunities, issues and achievements in Development Anthropology since the mid-1960s: a personal view", *Anthropology UCLA*, Winter:38-68.

STREIFFELER, F.

1993 *Endogene Entwicklungsvorstellungen in Zaire*, Sozialwissenschaftliche Studien zu internationalen Problemen 185, Saarbrücken, Breitenbach.

VAN WILLIGEN, J.

1993 *Applied Anthropology. An Introduction*, Westport, Conn. and London, Bergin & Garvey.

WARREN, D.M.; SLIKKERVEER, L.J.; BROKENSHA, D. (eds.)

1995 *The Cultural Dimension of Development: Indigenous Knowledge Systems*, IT Studies in Indigenous Knowledge and Development, London, Intermediate Technology Publications.

ABSTRACT: This paper is about a field of anthropology which grew considerably in the last fifteen years. Since the early Eighties, several authors have repeatedly denied the existence of a subdiscipline called development anthropology, alleging a lack of theories, methods, and specific subjects which could characterize it. Up to this date, no one has found an adequate answer to this problem. The practitioners of this field of applied anthropology, however, do not seem to be very concerned about this: for them, development anthropology is any group of professionals which practice *some kind* of work which has to do with questions of "development". Nevertheless, in recent ten years, development anthropology began gradually to distinguish itself from other fields of the discipline by its focus on special scientific topics and on special kinds of practical work.

KEY WORDS: development anthropology, applied anthropology, practical anthropology.

Aceito para publicação em março de 1997.